- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Comumente, inteligência artificial (IA) é relacionada com a imagem de robôs que pensam e agem como humanos, numa analogia às cenas clássicas dos filmes de ficção científica. Porém, mesmo com muitos avanços no desenvolvimento de “substitutos” para os humanos, diversas outras formas de IA bem mais discretas já fazem parte da rotina de pessoas por todo o mundo.

A IA se caracteriza por sistemas de *machine learning*, que, em uma explicação simples, são algoritmos treinados a partir de uma grande base de dados. Exemplos desses algoritmos no cotidiano são os sistemas de busca, que consideram o histórico de preferências do usuário para oferecer melhores resultados em aplicativos que calculam rotas e que são capazes de sugerir o melhor caminho de volta para casa em um dia de trânsito complicado. Toda vez que você tem a impressão de que a máquina leu seus pensamentos ou antecipou uma necessidade sua, você provavelmente está diante de um sistema de IA.

A advogada Thays Joana Tumelero, especialista em proteção de dados e privacidade, explica que atualmente o Poder Judiciário brasileiro utiliza recursos de inteligência artificial para fins mais simples, como a leitura de documentos e a classificação de processos. Isso evita o trabalho repetitivo de dezenas ou centenas de servidores, mas representa apenas parte do que as máquinas são capazes de fazer. No sistema elaborado pelo STJ, por exemplo, os algoritmos verificam o assunto e classificam os processos que entram no tribunal, agilizando a fase de distribuição.

Sistemas de inteligência artificial que extrapolam a simples promoção de agilidade na tramitação de processos já têm sido questionados, do ponto de vista legal e também ético, em diversas partes do mundo. Isso porque, se os algoritmos são capazes de ler processos e sugerir classificações e procedimentos, eles também podem ser usados para estudar padrões de decisão dos magistrados e apontar tendências em ações específicas.

Tumelero também acredita que a transformação digital é um movimento inevitável nas organizações. Mas, ao contrário das previsões apocalípticas que apontam uma total substituição do trabalho dos operadores do direito pela mão de obra de robôs, Thays aposta em um cenário no qual homem e máquina se complementam: “Nenhuma solução tecnológica vem com criatividade, sensibilidade e ética. Esses são elementos comuns aos operadores do direito que a inteligência artificial não é capaz de substituir”, conclui.

Internet: <www.esmesc.com.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, com base nas ideias, nos aspectos linguísticos e no vocabulário do texto precedente.

- 1 Infere-se do texto que algumas formas de IA podem passar despercebidas no dia a dia.
- 2 O autor do texto argumenta a favor da ideia de que há características humanas que a IA não é capaz de substituir.
- 3 O texto apresenta exemplos de situações em que o desempenho da IA supera o humano.
- 4 O texto sugere que o uso da IA para “estudar padrões de decisão dos magistrados e apontar tendências em ações específicas” (quarto parágrafo) pode ser questionável do ponto de vista legal e ético.
- 5 No trecho “se os algoritmos são capazes de ler processos e sugerir classificações e procedimentos” (segundo período do quarto parágrafo), a substituição do vocábulo “se” por **como** comprometeria a coerência das ideias do texto.
- 6 A palavra “apocalípticas” (segundo período do último parágrafo) está empregada com o mesmo sentido de **irremediáveis**.
- 7 No primeiro período do texto, a substituição do trecho “com a imagem” por **a imagens** manteria a correção gramatical e os sentidos do texto.
- 8 A palavra “Porém” (segundo período do primeiro parágrafo) introduz uma ideia que se opõe à apresentada no primeiro período do texto.
- 9 A substituição de “agilizando a fase de distribuição” (final do terceiro parágrafo) por **de forma que agiliza a fase de distribuição** manteria a correção gramatical e os sentidos do texto.
- 10 Em “A IA se caracteriza” (primeiro período do segundo parágrafo), o pronome “se” é reflexivo, o que demonstra a intenção do autor do texto de atribuir características humanas à IA.
- 11 No segundo período do segundo parágrafo, a oração “que calculam rotas” exerce a função sintática de complemento nominal do termo “aplicativos”.
- 12 O emprego de vírgula logo após a conjunção “mas” (segundo período do terceiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.

A respeito da ética no setor público e da relação entre ética, moral, cidadania e democracia, julgue os itens subsecutivos.

- 13 A ética está relacionada a um núcleo essencial de valores imutáveis no tempo, ao passo que a moral diz respeito a preceitos que orientam a vida em sociedade e que variam conforme as gerações.
- 14 A democracia moderna baseia-se em um ideal de protagonismo igualitário conforme o qual todo cidadão deve participar, direta e pessoalmente, das decisões do Estado, com vistas ao bem comum.
- 15 A conduta ética pressupõe consciência e autonomia, aspectos que, em um contexto de ingerência política e relações de poder no setor público, podem ser prejudicados.
- 16 A objetividade, que consiste em uma abordagem razoavelmente distanciada e serena do trabalho, é um dos padrões de conduta que o servidor público deve adotar.
- 17 O sigilo das informações produzidas pela administração pública, em especial as relativas a dados orçamentários e processos decisórios, é a regra quando se trata de conduta ética no setor público.
- 18 O servidor público deve guiar-se tanto pela ética individual quanto pela ética coletiva, a qual está relacionada aos princípios da administração pública.

Julgue os itens a seguir, conforme as disposições da Lei Orgânica do Município de Andradina.

- 19 Projeto de lei que for rejeitado na Câmara Municipal não poderá ser objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- 20 A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e a lei orçamentária anual estabelecerá o orçamento fiscal referente aos Poderes municipais, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social.
- 21 A promoção de melhorias nos serviços de abastecimento de água e de saneamento básico é competência privativa municipal.
- 22 Poderá ser dispensada por lei a licitação para alienação de bens municipais, sob a forma de permuta, para fins de uso de interesse social.
- 23 A competência para julgar o prefeito por eventual crime de responsabilidade é da Câmara Municipal.
- 24 Em caso de urgência ou de interesse público relevante, tanto o prefeito quanto o presidente da Câmara Municipal podem convocar sessão legislativa extraordinária da Câmara Municipal.

Com base no Código Tributário do Município de Andradina, julgue os itens seguintes.

- 25 A anistia tributária abrange exclusivamente as infrações cometidas à vigência da lei que a conceda, mas não se aplica aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções.
- 26 É considerada obrigação tributária principal a prestação positiva ou negativa que esteja prevista em legislação tributária no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- 27 Suponha que uma pessoa jurídica de direito privado tenha adquirido, onerosamente, o estabelecimento comercial de outra pessoa jurídica de direito privado e dado continuidade à respectiva exploração, sob outra razão social. Nesse caso, se o alienante cessar a exploração do comércio, o adquirente responderá subsidiariamente com o alienante pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido devidos até a data do ato.
- 28 A ação para cobrança de crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário, mas esse prazo prescricional não correrá enquanto não for localizado o devedor ou não forem encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora.
- 29 Considera-se ocorrido o fato gerador do tributo tanto nas situações de fato quanto nas situações jurídicas.
- 30 Caso um contribuinte realize pagamento antecipado de tributo em cumprimento de legislação que assim determine, o crédito tributário será extinto, sob condição resolutória de ulterior homologação do lançamento.

Espaço livre